

Rolezinho no shopping: aproximação etnográfica e política

Alexandre Barbosa Pereira¹

Minha teoria na época – assim como agora – era de que histórias de terror e sobre extremos têm um poder imenso de modelar a realidade (sobretudo através da incerteza), envolvendo uma cadeia de narradores. (TAUSSIG, 2010)

Medo e preconceito andam de braços dados como duas senhoras respeitáveis de um bairro tradicional. (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005)

Construir uma parede implica mais segredos do que se imagina. É inquestionável sua condição de limite e que uma parede sempre deixará muitas coisas de fora e que o interior não será suficiente. Construir paredes é um ofício cruel: atrás de cada muro o medo e o ódio ampliam seus domínios (uma parede alta cuja sombra oculta o assassino e antecipa o inverno). No fim das contas penso que a única coisa que justifica construir uma parede é derrubá-la algum dia. (REYES, 2006)

Entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014, a cidade de São Paulo tornou-se cenário de uma série de eventos de grande repercussão e controvérsia. Por meio das redes sociais, principalmente o Facebook, jovens moradores de bairros pobres da periferia de São Paulo resolveram marcar encontros em shopping centers para, conforme a descrição dos próprios nas páginas dos eventos, encontrar amigos, conhecer pessoas, paquerar, dar uns beijos e zoar. Enfim, para fazer o que nomearam como um *Rolezinho no shopping*, o que seria o mesmo que um pequeno passeio. Um dos primeiros rolezinhos ocorreu no Shopping Metrô Itaquera, na zona leste da cidade, no dia 07 de Dezembro de 2013. Nele, em muitos momentos, os participantes puseram-se a cantar músicas do repertório do funk ostentação, estilo musical produzido nos últimos anos em São Paulo, partindo do funk carioca, mas apresentando como peculiaridade a novidade das letras que focam na exaltação da posse de dinheiro e do consumo de produtos de grife ou considerados caros. Alguns lojistas, administradores e frequentadores do shopping sentiram-se ameaçados pela grande concentração de jovens a fazer barulho. Resolveu-se, então, chamar a polícia. Assim, o que era para ser apenas um encontro de jovens tornou-se um grande tumulto por causa da repressão policial truculenta.

Após esse primeiro evento, apesar de lojistas negarem a ocorrência de furtos ou roubos, a grande mídia tradicional logo noticiou que adolescentes haviam realizado um grande arrastão nesse shopping. Contudo, esse enfoque, ainda que negativo, ajudou a dar visibilidade para a atividade e outros jovens resolveram marcar rolezinhos em diferentes

¹Professor da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Campus Baixada Santista, Mestre (2005) e Doutor (2010) em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo - USP. Contato: alebp1979@gmail.com

shoppings da cidade. A idéia de arrastão surge no Brasil entre o final dos anos 1980 e início dos 1990 a partir da cobertura midiática sensacionalista sobre outros episódios que aconteceram no Rio de Janeiro e reuniram jovens pobres e moradores de favelas nas praias da cidade. Denominação criada pela mídia que designaria o mesmo que uma grande ida coletiva a espaços de grande aglomeração a partir da qual haveria confusão, ocasionando em saques. Em 1992, o termo alcança maior repercussão ao ser utilizado para nomear um tumulto iniciado por causa de uma briga entre jovens de galeras rivais de funk em uma praia carioca². Como bem descreve Micael Hershmann:

Cenas exibindo correrias desenfreadas, brigas, gritos e confusões envolvendo jovens e a polícia, criaram um clima de “histeria” junto à população. O fenômeno dos “arrastões” não era propriamente novo ou inusitado, mas aqueles, particularmente, foram fundamentais para a reificação de uma certa imagem estigmatizada dos jovens dos segmentos populares do Rio (HERSHMANN, 2005, p. 16).

No caso dos passeios nos shoppings de São Paulo nessas férias de verão de 2013/2014, as imagens veiculadas eram de jovens correndo para fugir da repressão policial em enredo bastante parecido com outro evento, que, aliás, faz referência ao ocorrido no Rio de Janeiro nos anos 1990, apresentado no documentário português: *Era uma vez um arrastão*³. Nele, narra-se um acontecimento do ano de 2005, na nobre praia de Carcavelos em Portugal, quando jovens negros, cabo-verdianos ou descendentes de cabo-verdianos em sua maioria, resolveram fazer um “rolê na praia”. A concentração de jovens negros assustou os outros banhistas e a polícia foi acionada. A chegada dos policiais para intimidar e reprimir os jovens acarretou numa grande correria, interpretada então como arrastão. A mídia sensacionalista portuguesa logo noticiou o “arrastão”, criminalizando os jovens. Essa abordagem irresponsável e preconceituosa contribuiu para gerar, ou aumentar, sentimentos e manifestações racistas e xenofóbicas. No documentário, desmonta-se a partir de imagens e testemunhos a versão do arrastão, denunciando o racismo.

Os rolezinhos nos shopping centers no Brasil, apesar de não terem sido protagonizados por migrantes ou descendentes de estrangeiros, também geraram uma forte reação de preconceito e criminalização de jovens pobres e negros em sua maioria. Basta uma leitura rápida dos comentários sobre as notícias nos sites da internet para flagrar afirmações racistas e preconceituosas de toda a ordem contra os meninos e as meninas que participaram dos rolezinhos. Eu observei dois desses eventos, pois como tenho pesquisado a questão do funk em São Paulo, interessa-me acompanhar de perto esse fenômeno.

²Uma análise interessante sobre os arrastões nos anos 1990, a estigmatização do funk e seus usos políticos no Rio de Janeiro é também feita por George Yúdice (1997).

³Documentário de 2005, dirigido por Diana Andringa, que pode ser assistido aqui: http://www.dailymotion.com/video/xe4px_era-uma-vez-um-arrastao_news.

Pretendo aqui apresentar um breve relato do que vi e realizar algumas reflexões ainda bem iniciais sobre esse evento.

No rolezinho em um shopping na zona sul que aconteceu no dia 22 de Dezembro, último domingo antes do natal, vi um forte aparato policial mobilizado, diversas viaturas das polícias militar e civil. Inclusive, grupos especializados como o GOE⁴. O evento na rede social contava com milhares de confirmações. Chegando ao shopping na hora marcada, logo já se podia ver meninos e meninas sendo abordados por seguranças e impedidos de ficarem parados na entrada principal do centro comercial. Muitos intimidados a se retirarem do local. Um grupo de jovens que sofreu essa abordagem entrou no shopping mesmo assim e foi acompanhado de perto por outro, talvez até maior, de seguranças. Bastou apenas um grito de ÊÊÊÊ de um dos meninos para que se começasse uma correria e comerciantes fechassem rapidamente as portas das lojas. Os meninos, no entanto, seguiram para a praça de alimentação, ainda com a companhia dos seguranças. Lá a correria começou quando a tropa de choque da polícia militar entrou. Após isso, a abordagem aos jovens, realizada por policiais fardados e à paisana e por seguranças de empresa particular, começou a ser mais intensa, intimidadora e mesmo violenta. Jovens foram escolhidos pela roupa, corte de cabelo e cor da pele para serem revistados pela polícia⁵. A equipe de segurança do shopping e alguns policiais começaram a parar quem considerasse suspeito de pertencer ao evento para expulsar do local, algumas vezes com empurrões e chutes.

Presenciei cenas tristes e ridículas ao mesmo tempo. Como a de um policial do GOE com um fuzil repreendendo dois jovens que não aparentavam mais de 15 anos. Ou, em outro momento, três jovens “intimidados a se retirar do shopping”, que se revoltaram, pois passeavam com o pai, amputado, numa cadeira de rodas. O pai dos rapazes começou a gritar que não sairiam e que tinham o direito de estar lá. Os filhos discutiram com o segurança e disseram que aquilo era um absurdo, que a abordagem tinha como motivo apenas o corte do cabelo e a roupa que usavam. Pude constatar nesse dia que, apesar do forte discurso criminalizante presente então na mídia, os jovens não praticaram ali nenhum crime, mas quando eu saía do shopping, o arrastão já era comentado pelas pessoas. Uma mulher já dizia que havia acontecido naquele lugar e naquele instante um arrastão, descrevendo, inclusive, em qual loja teria começado (em frente a qual eu passaria e observaria que nada acontecera). Enfim, o arrastão que não existiu já havia sido inventado novamente. Aliás, um dos funcionários de um restaurante na praça de alimentação comentou o quanto reações como essas são motivadas por certa histeria criada entre parte

4 Grupo de Operações Especiais da polícia civil de São Paulo.

5 Além, disso, pelo fato de serem do sexo masculino.

da população: “O povo é muito apavorado, semana passada deixaram uma bandeja cair e saiu todo mundo correndo também, pensando que era tiro”.

No último rolezinho em Itaquera, realizado no dia 11 de janeiro de 2014, o segundo que aconteceu nesse shopping, observei jovens brincando, paquerando e fazendo barulho, como é comum acontecer quando estão em grupo e como costumamos ver nas portas de qualquer escola, por exemplo. Nesse dia, apesar do reforço policial e da equipe de segurança privada, eles não foram impedidos de entrar até o momento em que resolveram zoar um pouco mais. Juntaram-se num grupo maior e circularam pelo shopping batendo palmas e cantando o ritmo do funk. Foi o suficiente para que, quando passassem pela saída que dá acesso ao metrô, a polícia subisse com motocicletas uma rampa que dá acesso ao shopping e os adolescentes comesçassem a ser reprimidos no estacionamento e depois dentro do próprio shopping. Nos dois casos, a ação da polícia e o pânico gerado previamente por parte da grande mídia que rotulou tais eventos como arrastões foram os principais responsáveis pelas correrias e tumultos. Nesse dia, em Itaquera, relatou-se, posteriormente, o arrombamento de um quiosque de produtos de informática, jogos eletrônicos e telefones celulares, já situado nas dependências da estação do metrô, mas que ocorreu a partir da grande confusão gerada pela repressão policial.

Pelo que se vê nas redes sociais e nos próprios rolezinhos, esses jovens buscavam fundamentalmente, a partir desses eventos, espaços de visibilidade, nos quais pudessem ver e serem vistos, espaços de reconhecimento e de encontro, onde pudessem se divertir, paquerar, consumir e zoar. Os shoppings foram escolhidos porque são locais de prestígio, consumo e diversão que estão mais próximos deles, tanto espacialmente como socialmente. Eles não foram aos shoppings mais centrais justamente por isso, porque estão distantes, tanto espacialmente como socialmente de sua realidade. Eles demonstraram querer estar num lugar onde consigam encontrar iguais, pessoas com afinidades, com as quais possam se relacionar e estabelecer trocas⁶. Esses são shoppings que a maioria já deve inclusive frequentar. Cabe ressaltar que os rolezinhos não têm em sua origem uma forma de protesto ao consumo ou aos shoppings. Muito pelo contrário, estão mais para uma celebração dos shoppings como espaço de encontro e consumo.

Curiosamente, os rolezinhos começaram na semana em que se discutia a proibição dos bailes funks em São Paulo. O que nos leva a pensar também na carência de espaços de encontro, sociabilidade e lazer para os jovens numa cidade como esta. Os rolezinhos demonstraram, assim, não apenas a importância de se discutir a criação de mais espaços culturais, esportivos e de lazer, mas, principalmente, a urgência de se propiciar espaços

⁶ Georg Simmel (2006), ao discutir a noção de sociabilidade como forma autônoma ou lúdica de socialização, afirma que, para que se realizem plenamente, as relações de sociabilidade devem acontecer, fundamentalmente, entre os iguais, sem hierarquizações sociais.

mais centrais e de prestígio, que permitam o encontro entre jovens de diferentes segmentos sociais. Avançando ainda um pouco mais, pode-se dizer que além dos espaços físicos de encontro, os rolezinhos evidenciaram também a necessidade de proporcionar-lhes espaços subjetivos de expressão e representação capazes de garantir uma participação mais ampla nas dinâmicas da cidade, além de oferecer meios e repertórios para a construção de seus projetos de vida. Como afirma Félix Guattari, devemos garantir espaços subjetivos que estimulem o dissenso e a produção singular da existência:

“Convém deixar que se desenvolvam culturas particulares inventando-se, ao mesmo tempo, outros contatos de cidadania. Convém fazer com que a singularidade, a exceção, a raridade funcionem junto com uma ordem estatal o menos pesada possível” (GUATTARI, 1990, p. 35).

Os rolezinhos escancararam três importantes tensões e preconceitos presentes na sociedade brasileira: de classe, de raça/cor e de idade/geração. Eles foram perseguidos e duramente reprimidos em primeiro lugar porque eram jovens pobres, como pode ser visto nos vídeos que já estão circulando na internet, mostrando jovens brancos de classe média a fazer algazarra em shoppings e sem sofrer nenhum tipo de constrangimento da equipe de segurança⁷. Para uns o rótulo de *flash mob* ou brincadeira, para outros de arruaça e/ou arrastão. É, portanto, também uma questão de raça/cor, eleita como um dos critérios para se expulsar os jovens de dentro desses espaços, como observei pessoalmente. Além disso, foram estigmatizados pelo seu gosto de classe, por apreciarem um gênero musical, criado, performatizado e ouvido, não só, mas principalmente, por jovens pobres. E é, dessa forma, também um conflito de idade/geração, porque são adolescentes. Há, na atualidade, uma crise de autoridade na relação entre adultos e adolescentes, ou entre os mais velhos e mais novos, evidenciada nos muitos problemas que acontecem na relação professor/aluno em escolas de ensino médio das classes mais ricas às classes populares, sem distinção. A única distinção deve-se ao fato de que no último caso os conflitos são publicizados e criminalizados. Os limites educativos da juventude pobre no Brasil hoje são quase sempre dados pela polícia. Em pesquisa de doutorado em escolas públicas da periferia de São Paulo (PEREIRA, 2010), presenciei a polícia sendo acionada para revistar alunos dentro de estabelecimento de ensino. Ou seja, a criminalização que esses jovens enfrentaram nos rolezinhos já lhes é bastante familiar em seu cotidiano nos bairros onde vivem e nas escolas em que estudam. Por outro lado, ler, na internet, os comentários das matérias sobre os

⁷ Em um dos vídeos, mostra-se estudantes da Faculdade de Economia da USP em atividade festiva de recepção dos calouros a bagunçar e gritar palavrões em shopping da zona oeste da cidade. O próprio centro acadêmico da FEA/USP, organizador de tais eventos, soltou nota afirmando nunca ter pedido autorização para sua realização, nem ter sofrido qualquer problema com a segurança do shopping. Em reportagem da Folha de S. Paulo, de 21/01/2014, os responsáveis pela administração do referido shopping afirmaram que tais jovens estariam identificados como universitários pelas camisetas com o nome da faculdade e pelos rostos pintados. Por isso, não teriam sido importunados pela equipe de segurança.

rolezinhos é ter uma aula de como há segmentos racistas e com profundo ódio de classe em nossa sociedade.

Precisamos refletir sobre as implicações da polícia e de grande parte da mídia terem rotulado os rolezinhos como arrastões e ações de delinquentes, pois, com isso, o que se faz é estigmatizar, criminalizar e, portanto, permitir e legitimar uma repressão violenta a esses jovens. Michael Taussig (1993), antropólogo americano que pesquisou a perseguição e o massacre de indígenas na Amazônia Colombiana durante o boom da borracha, demonstra como a criação de narrativas de terror sobre os indígenas, rotulando-os como selvagens perigosos e cruéis, justificou massacres e as maiores atrocidades. As narrativas de terror têm esse poder de criar realidades. Cria arrastões, inclusive. O documentário português: *Era uma vez um arrastão*, já apresentado aqui, ilustra muito bem esse processo. Aliás, se refletirmos, os próprios shoppings começam a fazer sucesso nas grandes cidades brasileiras a partir dessa narrativa sobre a violência e o medo, como bem retrata a antropóloga Teresa Caldeira (2000) em seu livro *Cidade de Muros*. O medo dessa violência é que estimula a criação dos enclaves fortificados, simbolizados pelos condomínios fechados e shoppings. Produz-se assim uma segregação que se apresenta muitas vezes tão violenta quanto à violência que quer combater.

Além disso, quando se estigmatiza o rolezinho como arrastão, se está dizendo também que ali são todos bandidos. A antropóloga Ruth Cardoso (2011), em fala num simpósio em 1996, recentemente publicada em livro que reúne sua obra, afirma que o medo do bandido é, na verdade, o medo do pobre. Segundo ela, esse discurso extremado e violento contra os que são considerados bandidos é também incorporado pelos pobres, pois estes querem se distinguir afirmando que, apesar de pobres, são pessoas de bem. No Shopping Metrô Itaquera, uma mulher disse, ao ver a correria na entrada do shopping: “Depois falam que só está acontecendo aqui porque é shopping de pobre”, defendendo com outra mulher a perseguição e repressão aos jovens. Cardoso afirmava que se não resolvêssemos tal preconceito, correríamos o risco de incorrer em um esgarçamento social ainda maior.

O rótulo de bandido é o que, em muitos casos, justifica a violência policial e o que faz com que as pessoas entendam como natural o grande número de homicídios, principalmente de jovens, que temos em nosso país. O último mapa da violência (2012) traz um dado estarrecedor, pois enquanto o número de homicídios de jovens brancos caiu nos últimos anos, aumentou o de jovens negros. O mais grave ainda nisso tudo está no fato de que pensar que tais crimes aconteceram porque se tratavam de bandidos faz a maioria da população não apenas se resignar, mas também apoiar o extermínio dos mais pobres, por serem considerados criminosos. Assim, em vez de uma tentativa de entender o porquê do

ingresso dos mais jovens na criminalidade e o porquê de tanta violência, para que se possam combater as causas dessa tragédia social, o que se vê é a defesa do uso de mais violência, aumentando ainda mais o mal que se pretende combater. Cria-se, assim, um círculo vicioso que tende a se intensificar. O medo tem essa capacidade de construir uma realidade de preconceito e ódio.

Quando da forte repressão policial ao rolezinho no shopping da zona sul que acompanhei, três jovens chegavam atrasados para o evento, já após a polícia ter feito sua atuação reprimindo os participantes lá dentro, e, ao se depararem com o forte aparato policial, disseram: “O que é isso? Os caras acharam que teria um assalto a banco aqui?”. Tal frase é bastante reveladora das preocupações da polícia e da segurança pública em São Paulo e no Brasil. O patrimônio, os bens e a propriedade em detrimento do bem-estar e da vida. Pergunto-me, se fosse um daqueles meninos baleados em seu bairro de moradia ou mesmo uma daquelas mulheres, consumidoras do shopping, que criticavam o rolezinho, que sofressem algum tipo de violência em um dos bairros da periferia, se a mobilização policial seria tão intensa e mesmo se a justiça seria tão eficiente, como ao conceder liminar legitimando o impedimento da entrada de pessoas em shoppings e instituindo multa a quem participasse dos rolezinhos?

Após toda a controvérsia da criminalização dos rolezinhos ter ganhando contornos de debate público mais amplo no país inteiro, inclusive com mobilizações de protestos contra a repressão e a discriminação nos shoppings, a grande mídia mudou sua postura e passou a abandonar o enfoque condenatório para tentar principalmente provar que não se tratava de um ato político protagonizado por jovens da periferia, mas apenas de um encontro para se divertir. Porém, o ato político já havia sido criado, não pelos movimentos sociais e políticos que se mobilizaram contra o que entenderam como preconceito, segregação e discriminação, mas pela polícia que reprimiu duramente, pela mídia que estigmatizou como arrastão e pelos shoppings que, por meio de liminar concedida pela justiça, discriminaram. Assim, se nas manchetes dos jornais em dezembro líamos: “Adolescentes fazem arrastão em shopping na zona leste”. Em meados de janeiro, já se apresentavam manchetes nas quais se anunciavam os rolezinhos como encontros de jovens para consumir e desfrutar de momentos de lazer. Numa dessas manchetes, falava-se das meninas eleitas como princesas dos rolezinhos. Não houve, entretanto, nenhuma retratação da imprensa por ter criminalizado tais jovens, rotulando-os de bandidos. Nesse sentido, a principal violência em toda a controvérsia dos rolezinhos foi a praticada contra a imagem desses meninos e meninas. Numa sociedade consumista, o consumo e a posse de bens são valorizados em detrimento do trabalho, da vida e do bem-estar. Essa parece ser a primeira leitura que podemos fazer dos rolezinhos, não para entendê-los, mas para que

possamos começar a construir uma compreensão mais ampla e aprofundada sobre o mundo que estamos produzindo.

Referências bibliográficas

ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. 2005. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva.

CALDEIRA, Teresa. 2000. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/EDUSP.

CARDOSO, Ruth. 2011. A cidadania em sociedades multiculturais. In: CALDEIRA (Org.). **Ruth Cardoso**: obra reunida. São Paulo: Mameluco.

HERSHMANN, Micael. 2005. **O funk e o hip-hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. 2010. **“A maior zoeira”**: experiências juvenis na periferia de São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP.

REYES, Efraim Medina. 2006. **Pistoleiros, putas e dementes**: greatest hits. Rio de Janeiro: Garamond.

SIMMEL, Georg. 2006. **Questões fundamentais de sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

TAUSSIG, Michael. 1993. **Xamanismo, colonialismo e homem selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 2010. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP.

WASELFISZ, Julio Jacobo. 2012. **Mapa da violência 2012**: a cor dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR.

YÚDICE, George. A funkificação do Rio. In: HERSHMANN, M. (Org.). 1997. **Abalando os anos 90: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural**. Rio de Janeiro: Rocco.